

As Políticas Públicas do Programa Nacional do Livro Didático do Campo no Brasil.

The Public Policies of the National Field Textbook Program in Brazil.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v9i2.1759>

Paulina Barbosa de Sousa

Mestre em Educação – UFVJM

Professora da Rede Municipal de Ensino de Diamantina - MG

welltha@terra.com.br



<https://orcid.org/0000-0002-5445-0010>

Wellington de Oliveira

Doutor em Educação - UFVJM

Professor do Departamento da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - UFVJM

paulinadtna@hotmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-1179-948X>

Recebido em: 24/02/2016 – Aceito em: 13/12/2016

Resumo: O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) trata-se de uma política pública e tem como foco central subsidiar o trabalho pedagógico dos professores, por meio da distribuição das coleções didáticas, escolhidas por professores, coordenadores pedagógicos e diretores escolares, de acordo com o que melhor atende às especificidades de sua escola (BRASIL, 2011). O primeiro Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação das obras didáticas para o PNLD Campo surgiu em 2011. Este edital era para a escolha do LD do Campo, para a utilização dos alunos e professores a partir de 2013. Este artigo é parte da dissertação de Mestrado do Programa de Gestão de Instituições Educacionais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Diamantina – MG.

Palavras-Chaves: PNLD. PNLD Campo. Livro Didático. Ideologia e Livro Didático.

Abstract: The National Textbook Program (PNLD) is a public policy and its main focus is to subsidize the pedagogical work of teachers, through the distribution of didactic collections, chosen by teachers, pedagogical coordinators and school principals, according to With what best suits the specificities of his school (BRAZIL, 2011). The first Call Notice for the registration process and evaluation of the didactic works for the PNLD Field came out in 2011. This announcement was for the choice of the LD of the Field, for the use of students and teachers from 2013. This article is part Of the Master 's thesis of the Program of Management of Educational Institutions of the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri - Diamantina - MG Valleys.

Keywords: PNLD. PNLD Field. Textbook. Ideology and Didactic Book.

O Livro Didático: um produto cultural e comercial

Nas últimas décadas, pesquisadores vêm demonstrando maior interesse por pesquisas sobre LD's, dentre eles podemos destacar Bittencourt (2004), Boto (2004), Cardoso (2013), Cartaxo (2012), Choppin (2014), Lajolo (1996), Macedo (2009), Munakata (2004a, 2004b), Oliveira (1990), Oliveira (2008), Rangel (2005), Rosemberg (2009), Silva (2012), Silva (2013), Tagliani (2009, 2011), Viana (2011).

Após ser considerado por educadores, bibliógrafos e intelectuais de vários setores, entendido como uma produção menor enquanto produto cultural, o LD passou a ser estudado sobre diversas perspectivas, ressaltando os aspectos educativos e sua função na escola contemporânea.

É entendido por Bittencourt (2004a, p.471) como: "(...) um objeto cultural contraditório, que gera polêmicas e críticas de muitos setores, mas tem sido sempre considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização".

Pelo fato de ser o LD objeto de estudo de muitos setores, este não deve ser entendido apenas no seu conceito escolar. Constitui-se também, de um produto cultural com especificidades não só do contexto escolar, mas também da sociedade em que está inserido. Sendo assim, "(...) deve ser compreendido no interior de um contexto sócio histórico, como um produto cultural que possui também uma dimensão comercial e econômica na sociedade". (VIANA, 2011, p.43)

Há quem acredite que o LD está ligado a um tipo de mercadoria, gerando assim lucros (BITTENCOURT, 2004; MUNAKATA, 2012; MACEDO, 2004). "O LD é uma mercadoria que gera lucros consideráveis para as editoras, mas que coloca a pergunta sobre a função do autor, entendido como escritor do texto, e seus direitos de propriedade em relação a obra produzida." (BITTENCOURT, 2004, p. 477). Por se tratar de uma política pública, pode também ser confundido como política de governo, que é bem diferente¹.

Entendemos que os LDs podem também ser entendidos como produtos culturais, resultantes de interações que permeiam questões econômicas, sociais e culturais, ou seja, "os livros didáticos expressam a materialização de conflitos entre grupos para hegemonizar suas posições" (MACEDO, 2004, p. 106).

Observando o LD como um produto da indústria cultural, é possível visualizá-lo como algo fabricado, comercializado, consumido e avaliado num determinado contexto. Ainda acontece do LD ser comercializado no Brasil, como uma mercadoria produzida pela indústria cultural.

De acordo com Bottomore (2001, p. 265) "todas as sociedades humanas tem de produzir suas próprias condições materiais de existência". Nesse sentido, a mercadoria é então, a forma que esses produtos tomam quando a produção é organizada por meio de troca.

A mercadoria tem duas características: a primeira é a que pode satisfazer a alguma necessidade humana, dominada por Adam Smith de 'valor de uso'; e a segunda é a que pode obter outras mercadorias em troca, tem o poder da permutabilidade, denominada por Marx de 'valor'.

Como as mercadorias são trocadas umas pelas outras em proporções quantitativas definidas, pode-se considerar que cada mercadoria tem um certo valor. Toda massa de mercadoria produzida num período pode ser vista como uma massa homogênea de valor, embora, vista de outro ângulo, seja uma coleção

¹Segundo Queiroz (2012) a política pública é entendida como a resposta que o governo deve dar para solucionar ou mitigar atender as demandas existentes da sociedade visando os objetivos e os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal. De acordo com Almeida (2009) o conceito de política de governo se remete às políticas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e de implementação de determinadas medidas para responder demandas da política interna.

heterogênea de valores de usos diferentes e incomparáveis. Como valores, as mercadorias são qualitativamente iguais e só diferem quantitativamente no montante de valor que encerram. Como valores de uso, as mercadorias são qualitativamente diferentes, já que cada produto é específico e não pode ser comparado a outro (BOTTOMORE, 2001, p. 266).

Aqui no Brasil, a relação entre o Estado e o LD é mediada pelo PNLD. É, de acordo com Munakata (2012, p.61), um programa “responsável pelas cifras astronômicas” da educação. A partir de 1996 foi instituída uma avaliação prévia dessas obras feitas por especialistas. Com isso, as editoras tiveram que se adequar às exigências do governo (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, Editais de Convocação dos LD’s).

Nota-se portanto, que o LD envolve diversas pessoas que o realizam como mercadoria: autores, editores, várias categorias de artes gráficas, avaliadores, diretores de escola, professores, alunos. Nesse mercado, há acúmulo de capital e também há trabalho.

Munakata (2012, p.64) faz de suas palavras às de Marx (1996), aludindo a mercadoria como “a síntese da cristalização de relações sociais entre os seres humanos, mediados por coisas, e, ‘pelas suas propriedades satisfazem necessidades humanas de qualquer espécie’, sejam, ‘do estômago ou da fantasia” (MARX, 1996, p. 165).

Ideologia e LD

O sistema educacional brasileiro, dirigido e controlado pelo Estado, é um dos agentes mediadores entre a transição da classe hegemônica em senso comum para uma classe inferior. Classe hegemônica aqui é entendida como:

A classe que lidera ou a classe hegemônica é, assim, na definição de Gramsci, verdadeiramente política porque vai além de seus interesses econômicos imediatos (pelos quais pode até ter lutado na arena política) para representar o avanço universal da sociedade. Desse modo, Gramsci emprega o conceito de hegemonia para arguir de qualquer concepção economicista de política ou de ideologia, que só tenha em conta interesses de classes econômicos imediatos no que diz respeito à política e à cultura, é incapaz de uma análise correta da situação política e do equilíbrio de forças políticas e não pode levar a uma compreensão adequada da natureza do poder de Estado (BOTTOMORE, 2001, p. 178).

Esse sistema educacional ao qual referimos, é dirigido e controlado pelo Estado, o que implica, quase sempre, uma ideologia direcionando então, os caminhos a serem percorridos e como esse processo educacional irá se desenvolver. Fica então, a cargo da escola, assumir o papel de mantenedora e reprodutora dos interesses da classe dominante.

A expressão ‘classe dominante’ abrange duas noções, que Marx e Engels distinguiam, embora não as tivessem explicado sistematicamente. A primeira é a de uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica domina e controla todos os aspectos da vida social. (...) A segunda noção é a classe dominante, para manter e produzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder de Estado, isto é, politicamente (BOTTOMORE, 2001, p. 64).

O LD é uma ferramenta de trabalho, em alguns casos, única e exclusiva de muitas escolas. É pa-

trocinado pelo poder público, fortalece e mantém essa hegemonia de poder, e, com seu currículo fechado, torna-se um meio de controle. Trata-se de uma alienação que se dá pela aceitação dos alienados, sendo “fruto de um processo natural calcado no senso comum social, resultado da elaboração intelectual sobre a realidade descrita, a partir da visão da classe dominante desta sociedade” (LEITE, 2007, p.2)

Corroboramos com Althusser (s.d) quando se refere à ideologia sendo um sistema de ideias, representações que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social. Segundo Chauí (2000),

A ideologia é um fenômeno histórico social corrente do modo de produção econômica. À medida que, numa formação social, uma forma determinada de visão social se estabiliza, se fixa e se repete, cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva, que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelos estágios das forças produtivas e pela forma da propriedade (CHAUÍ, 2000, p. 217).

A escola é um espaço que contribui, e muito, para o desenvolvimento da personalidade e da formação da criança. Atualmente, o ensino da educação básica está pautado num currículo que atenda aos números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O indicador é calculado a partir dos dados sobre a aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e nas médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Com isso, a escola vem adequando seu currículo, para que se tenha índices satisfatórios.

Esta situação não se difere à dos LD's. Eles são escritos e editados de acordo com o edital de convocação do PNLD. Lajolo (1996, p.4) considera que no Brasil “uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina”.

Concordamos com Leite (2007) quando diz que

“o livro didático tem-se, ao longo dos anos, prestado à manutenção dos conceitos idealizados por aqueles que detêm o poder e não querem dele se afastar, procurando, através do processo educacional, manter e se possível, ampliar sua atuação como detentor hegemônico desse poder” (LEITE, 2007, p.5).

Neste contexto, a escola e o professor têm papel fundamental para a mudança dessa concepção. É importante que o professor tenha conhecimento do conteúdo do LD, para poder utilizá-lo de outra maneira em sala de aula. Faria (1986) destaca que enquanto não se tem um LD de qualidade, que reflita a qualidade da vida cotidiana, deve-se fazer um bom uso do que se tem.

Programa Nacional do Livro Didático: como tudo começou

Em 1929 o Estado cria um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático. O Instituto Nacional do Livro (INL), objetivando dar maior legitimação ao LD e, conseqüentemente, auxiliando no aumento de sua produção, já em 1938, por meio do Decreto de Lei n.º 1.006 de 30/12/38, o Estado institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo assim, a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do LD no país. Em 1945, pelo Decreto-Lei n.º

8.460/45, o Estado consolida a legislação sobre as condições de utilização, produção e importação do LD, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado, conforme definido no art. 5º:

Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado (BRASIL, 1945). Em 1970, com a Portaria n.º 35 de 11/03/1970 o MEC programa um sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recurso do INL. No ano seguinte, o INL passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento de recursos. Mais tarde, com a edição do Decreto n.º 91.542 de 19/08/85, o PLIDEF dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz diversas mudanças, como: reutilização do LD, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias, fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do LD pelos professores (BRASIL, 1985).

O PNLD é uma iniciativa do Ministério da Educação. “O MEC é um grande comprador de livro didático. Hoje, ele é o maior comprador de livros do mundo. Não tem instituição que compre 110 milhões de livros. Não se tem notícia disso.” (MUNAKA, 1997, p.46), com o objetivo de adquirir e distribuir gratuitamente LDs às escolas públicas do país. Foi criado em 1985, mas somente a partir de 1996 passa a desenvolver um processo de avaliação (TAGILANI, 2009, p.305). Isso se deu ao fato do MEC se preocupar com a qualidade das obras e, com isso, tem como objetivos:

- I - Melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - Garantia de padrão de qualidade de material de apoio à prática educativa utilizada nas escolas públicas;
- III - Democratização do acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - Fomento à leitura e o estímulo à atitude investigativa dos alunos; e
- V - Apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor (BRASIL, 2010).

A criação do PNLD foi, sem dúvida, um grande avanço nas políticas públicas educacionais, porém, a princípio, havia uma grande falha “o professor, um dos principais usuários do livro não participava seja dos processos decisórios do sistema educacional, em geral, seja das discussões sobre o livro didático, em particular” (WITZEL, op. Cit., p.15).

(...) no mesmo ano da publicação do Plano Decenal de Educação para Todos, o MEC constituiu uma comissão para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e dos aspectos pedagógicos e metodológicos dos livros que vinham sendo comprados por este ministério para as séries iniciais do ensino fundamental Tal comissão analisou os dez livros

de cada disciplina mais solicitados pelos professores das escolas públicas. Este estudo demonstrou que o MEC vinha comprando e distribuindo para a rede pública de ensino livros didáticos com erros conceituais, preconceituosos e desatualizados no tocante aos conteúdos. Como consequência, a partir de 1996, o MEC passou a submeter os livros didáticos a uma avaliação, cujos resultados são divulgados nos Guias de Livros Didáticos, distribuídos nacionalmente para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha do livro didático (CASSIANO, 2004, p.36).

A partir de 1996, é que o professor começou a fazer parte da escolha pelas obras aprovadas no PNLD, com a implantação do Guia Nacional do Livro Didático do PNLD. Este Guia Nacional do LD trata-se de um livro para apoio aos professores, neste, vem as resenhas das obras aprovadas pelo PNLD a fim de auxiliar na escolha do LD, que melhor atende ao projeto político pedagógico da escola.

Para atender os objetivos do PNLD, é imprescindível que o LD seja uma ferramenta adequada às especificidades dos alunos. Sendo assim, é de grande importância o processo de escolha do LD.

O PNLD Campo – Edital 05/2011

A educação do campo iniciou-se pelo processo de lutas dos movimentos sociais camponeses. Sua intencionalidade maior é a construção de uma sociedade mais justa e sem desigualdades.

A luta dos trabalhadores para garantir o direito à escolarização e ao conhecimento faz parte das suas estratégias de resistência, construídas na perspectiva de manter seus territórios de vida, trabalho e identidade e surgiu como reação ao histórico conjunto de ações educacionais que, sob a denominação de Educação Rural, não só mantiveram o quadro precário de escolarização do campo, como também contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais naquele território (MOLINA, 2011, p. 11).

Existem, até hoje, fronteiras que se estabelecem entre o campo e a cidade e que estão relacionadas ao materialismo histórico dialético, que “fundamenta-se em categorias que são expressões das próprias relações sociais e que, portanto, permitem aprender em sua essência os problemas reais, concretos, relativos à vida, ao trabalho e à educação” (VENDRAMINI, 2008, p. 127), impondo-se assim, um engajamento e comprometimento com a realidade.

Esse é um debate que perpassa as reflexões da Educação do Campo, pois, durante muito tempo, a visão que prevaleceu na sociedade e majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como um lugar atrasado, inferior, arcaico. “Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade.” (ARROYO, 2009, p.11). De certa forma, essa foi a visão-suporte para o processo de avanço da implantação da agricultura no país.

É possível observar também a dialética fortalecida entre campo e cidade nos meios midiáticos. Temos como exemplo os filmes de Mazzaropi, onde o Jeca Tatu, dono de uma pequena propriedade, é retratado como um roceiro, “caipira-estúpido, sem-vergonha, miserável, amarelo e preguiçoso.” Mas, há também no filme outras possibilidades de leitura. Jeca manifesta seu desejo de ir para Brasília, com o objetivo de conseguir trabalho. Demonstra também habilidades e diversas situações, tais como saber negociar votos para com o candidato às eleições. Preserva seus saberes, é capaz de se divertir com os jo-

vens da cidade, comparando duas realidades: a de um homem moderno e atrasado ao mesmo tempo. É um filme que inspira muitas reflexões: a posse e o uso da terra para os pobres que a conquistam por meio de união, lutas, preservação de valores, da cultura, identidade e não submissão cega a um modelo de desenvolvimento. Acaba sendo um objeto de estudo para o ensino de ciências nos livros, escolas e na internet.

No Brasil, o trabalho no campo é expressão de diversas formas de ocupação do espaço, desde a produção para a subsistência até a produção intensiva de eucaliptos para a produção de celulose. Explicita a grande desigualdade social do País. Constitui espaço de trabalho, de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos agricultores; espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente do trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo País para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo o trabalho sazonal; espaço de terras para reserva de valor; espaço de produção para o agronegócio; espaço de difusão de tecnologias e de modificação genética amplamente questionada por ambientalistas, pesquisadores e agricultores; e espaço para o descanso, a vida tranquila, o lazer e o contato com a natureza. Além disso, é um espaço em que homens, mulheres e crianças vagueiam à procura de trabalho, escancarando o fenômeno migratório (VENDRAMINI, 2008, p.128).

A concepção educativa “do campo” está vinculada pela luta por direitos, desenvolvimento e escola. Com essa luta constante dos movimentos sociais do campo, construíram-se novos paradigmas de educação para o meio rural, demonstrando que os sujeitos do campo não estão isolados no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), prevê a educação do campo (art. 28), respeitando suas especificidades.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Somente quinze anos após a LDB é que surgiu o primeiro Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, para o Programa Nacional do Livro Didático do Campo, o Edital de Convocação 05/2011.

No ano de 2011, o Ministério da Educação, por intermédio da SECADI e do FNDE lança o processo de inscrição e avaliação de LD's destinados aos alunos de escolas públicas situadas ou anexas em áreas rurais, que possuam segmentos de aprendizagem, classes ou turmas seriadas dos anos iniciais do ensino fundamental participantes do PNLD. Nesta primeira edição do PNLD Campo, o MEC “busca fomentar a produção de obras didáticas, que superem o quadro atual das produções existentes” tidas como “alheias às “Diretrizes Operacionais formuladas pelo Conselho Nacional de Educação Básica das

Escolas do Campo” (BRASIL, 2011, p.27)

Em relação à caracterização das coleções, são aceitas para participar do processo de avaliação as que abrangem os seguintes componentes curriculares: Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, integradas em coleções seriadas ou multisseriadas. As coleções didáticas serão formadas de acordo com o quadro a seguir:

TIPO DE COMPOSIÇÃO	NÚMERO TOTAL DE VOLUMES	SEGMENTO A (1º ao 3º ano)				
		NÚMERO DE VOLUMES	COMPONENTES CURRICULARES MÍNIMOS	ANOS DE REFERÊNCIA	MÁXIMO DE PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO	MÁXIMO DE PÁGINAS NO MANUAL DO PROFESSOR
I Multisseriada Interdisciplinar Temática	4	2	Tema 1: Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática, Geografia, História e Ciências	1º ao 3º ano	400	500
			Tema 2: Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática, Geografia, História e Ciências	1º ao 3º anos	400	500
II Seriada Multidisciplinar Integrada	5	3	Letramento e Alfabetização Matemática	1º ano	200	300
			Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática, Geografia, História e Ciências	2º ano	400	500
			Letramento e Alfabetização. Alfabetização Matemática, Geografia, História e Ciências	3º ano	400	500
III Seriada Multidisciplinar por Área	9	5	Letramento e Alfabetização Matemática	1º ano	200	300
			Letramento e Alfabetização, Geografia e História	2º ano	200	300
			Alfabetização Matemática e Ciências	2º ano	200	300
			Letramento e Alfabetização, Geografia e História	3º ano	200	300
			Alfabetização Matemática e Ciências	3º ano	200	300
IV Seriada Multidisciplinar por Área	4	2	Letramento e Alfabetização, Geografia e História	1º ao 3º ano	400	500
			Alfabetização Matemática e Ciências	1º ao 3º anos	400	500

TIPO DE COMPOSIÇÃO	NÚMERO TOTAL DE VOLUMES	SEGMENTO B (4º E 5º anos)				
		NÚMERO DE VOLUMES	COMPONENTES CURRICULARES MÍNIMOS	ANOS DE REFERÊNCIA	MÁXIMO DE PÁGINAS NO LIVRO DO ALUNO	MÁXIMO DE PÁGINAS NO MANUAL DO PROFESSOR
I Multisseriada Interdisciplinar Temática	2	2	Tema 3: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências	4º ao 5º ano	400	500
			Tema 4: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências	4º ao 5º anos	400	500
II Seriada Multidisciplinar Integrada	4	2	Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências	4º ano	400	500
			Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Ciências	5º ano	400	500
III Seriada Multidisciplinar por Área	9	4	Língua Portuguesa, Geografia e História	4º ano	200	300
			Matemática e Ciências	4º ano	200	300
			Língua Portuguesa, Geografia e História	5º ano	200	300
			Matemática e Ciências	5º ano	200	300
IV Seriada Multidisciplinar por Área	4	2	Língua Portuguesa, Geografia e História	4º ao 5º ano	400	500
			Matemática e Ciências	4º ao 5º anos	400	500

Fonte: BRASIL, 2011, p.2

Só poderão ser pré-inscritas as coleções didáticas compostas por composições do segmento A e do B do quadro acima. As coleções também poderão incluir no conjunto de volumes do manual do professor DVD ROM, para atender o docente visando preferencialmente o público de 4º e 5º anos, podendo ser eventualmente compartilhado como o público do 1º ao 3º ano, com vídeos, imagens, textos, músicas, mapas, entrevistas, jogos educativos etc, em torno de uma proposta pedagógica, que diz respeito à progressão e à avaliação do ensino-aprendizagem, porém, a Coleção Girassol não disponibiliza este material.

Entende-se por coleção didática o conjunto de volumes do segmento A e do segmento B, concebidos e organizados em coleções integradas, disciplinares, por área de conhecimento ou interdisciplinares, para atender as escolas com classes seriadas, multisseriadas ou por segmento de aprendizagem, em torno de uma proposta pedagógica única, inclusive no que diz respeito à progressão e à avaliação do ensino-aprendizagem.

²Decreto nº 7352/10 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Resolução CNE/CEB nº 1/2002 Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB nº 2/2008 Estabelece as Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

gem (BRASIL, 2011, p.3).

Já os componentes curriculares são entendidos como o conjunto das experiências escolares, que objetivam o conhecimento, articulando vivências e saberes dos estudantes com os saberes já acumulados, organizados de maneira disciplinar, pluridisciplinar, transdisciplinar ou interdisciplinar. As coleções didáticas podem apresentar além dos componentes curriculares mínimos, outros que contribuam para o desenvolvimento intelectual dos alunos. Não precisam de se ater somente ao que está proposto no edital. Poderão também ser apresentadas coleções que abordem temas transversais, tanto no segmento A quanto no B, tais como: relações étnico-raciais, história e culturas indígenas, cultura afro-brasileira e africana, direitos humanos, relações de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, direito das crianças e adolescentes, sustentabilidade socioambiental.

As coleções didáticas inscritas são compostas de livros didáticos consumíveis. São entregues para a utilização dos alunos e professores, sem a necessidade de devolver no final do ano. Estes livros, de acordo com o Edital do PNLD Campo, podem ter espaços ou lacunas para a realização de exercícios propostos pelo próprio livro. Obrigatoriamente, tem que compor de um exemplar para o aluno e um manual para o professor.

Quanto ao manual do professor, este não pode ser uma mera cópia do livro com exercícios resolvidos. É necessário que se tenha uma orientação teórico-metodológica dos conteúdos do livro, com outras áreas do conhecimento, apresente propostas de reflexão/avaliação da aprendizagem, leituras e textos adicionais ao livro do aluno, sugestões de bibliografias para a formação e atualização do professor.

Essas coleções didáticas também já devem atender as normas do caderno ortográfico da Língua Portuguesa, em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, a Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008, e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008. Deverão também, obrigatoriamente, atender ao Decreto nº 7352/10, Resolução CNE/CEB nº 1/2002, Resolução CNE/CEB nº 2/2008 e Resolução CNE/CBE nº 4/2010².

Quanto à avaliação das obras didáticas inscritas no PNLD Campo 2013, tem como objetivo: (...) garantir a qualidade do material a ser encaminhado à escola, incentivando a produção de materiais cada vez mais adequados às necessidades da educação pública brasileira e às diretrizes e orientações aqui indicadas. (BRASIL, 2011, p.29)

Para que os objetivos do PNLD Campo sejam alcançados, o LD deve “veicular informação correta, precisa adequada e atualizada” (BRASIL, 2011, p.29), sendo fonte de informação, respeitando as especificidades da população campezina: agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, assentados e acampados, quilombolas, trabalhadores assalariados rurais, povos da floresta, caiçara, caboclos e outros que se mantêm das atividades do campo. É importante ressaltar também que, a discussão temática do campo trabalhe com a cidadania, democracia e a identidade do campo “respeitando a diversidade e acolhendo as diferenças sem transformá-las em desigualdades” (BRASIL, 2011, p. 29), apresentando conteúdos relacionados aos conhecimentos dessa população.

O que é e qual a função do Livro Didático

“Mas afinal, como conceituar livro didático?” (CARDOSO, 2013, p.593). O LD é algo que “ao mesmo tempo que se configura como norma – conteúdos e comportamentos a serem ensinados – materializa e incorpora diversas práticas, dependendo do uso que dele fazem/fizeram os professores e os alunos” (CARDOSO, 2013, p.594).

Numa perspectiva sócio histórica e cultural, “o livro didático pode ser considerado como um instrumento, que organiza os objetos de ensino considerados necessários para satisfazer as necessidades de

ensino-aprendizagem” (TAGLIANI, 2011, p.137).

Este é um dos veículos utilizados pela escola para trazer informação aos alunos. Entre as décadas de 70 e 80 a concepção que se tinha de LD era de um instrumento “estruturador das práticas docentes, em função de intensa ampliação do sistema de ensino e de processos de recrutamento docente mais amplos e menos seletivos” (TAGLIANI, 2011, p. 304), hoje, observa-se que há uma grande “multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve” (CHOPPIN, 2004, p. 552) contribuindo assim, mais efetivamente no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com CHOPPIN (2004), o LD exerce quatro funções essenciais e que podem variar de acordo com o ambiente sociocultural, a época, disciplinas, níveis de ensino, métodos e as formas de utilização: referencial, instrumental, ideológica e cultural e documental.

A função referencial, na concepção de CHOPPIN (2004) é também denominada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino. Nesta função, o LD se resume em uma “fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Configura-se, portanto, num depositário dos conhecimentos, habilidades ou técnicas de um grupo social sendo capaz de transmitir às novas gerações.

Na função instrumental, o LD “põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam facilitar a memorização dos conhecimentos.” (CHOPPIN, 2004, p. 553) favorecendo assim a aquisição de competências disciplinares, apropriação de habilidades e resolução de problemas.

De acordo com Choppin (2004), a função mais antiga do LD é a função ideológica e cultural. Gramsci se refere à ideologia como uma “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vidas individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p. 16).

A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político (CHOPPIN, 2004, p.553).

Sendo assim, a função ideológica e cultural tende a aculturar e em alguns casos, doutrinar as jovens gerações, podendo exercer de maneira explícita, sistemática, e ostensiva, “de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz” (CHOPPIN, 2004, p.553). Esse conceito de doutrinar está intimamente ligado ao de alienar. O conceito de alienação, considerado hoje como um dos conceitos centrais, utilizados tanto por marxistas como por não-marxistas refere-se à

(...) ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornem (ou permaneçam) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou

auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “auto-alienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) (BOTTOMORE, 2001, p. 5).

Por fim, a função documental acredita que “o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno.” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Sendo assim, visa também favorecer a autonomia da criança, promovendo também um nível de formação mais elevado dos professores.

O Guia Nacional do Livro Didático do Campo

As escolas beneficiadas pelo PNLD Campo 2013, são aquelas situadas ou que mantêm turmas anexas em áreas rurais e estão vinculadas às redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal, que firmaram o termo de adesão ao PNLD. Foram atendidas as escolas com até 100 alunos matriculados no ensino fundamental – anos iniciais e as escolas com mais de 100 alunos que não realizaram a escolha do PNLD 2013, ou que tenham optado por não receber livros naquele programa. O cadastro da obra escolhida é feita, após a análise dos professores, por um funcionário designado pela rede de ensino no site do FNDE, sendo aceito somente um registro por CPF por rede de ensino, objetivando segurança do sistema.

O Guia Nacional do Livro Didático é um material disponibilizado pelo MEC e tem como objetivo ajudar o professor a escolher, a cada triênio, “os livros didáticos mais adequados para o ensino nas Escolas do Campo no primeiro segmento do Ensino Fundamental, recurso indispensável ao processo de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2012, p.8)

Tem como finalidade subsidiar o trabalho dos professores que atuam nas escolas no campo. No Guia é possível encontrar um breve histórico do PNLD Campo, bem como as políticas públicas voltadas para as escolas campestres, os princípios e os critérios utilizados para avaliação e aprovação das obras e finalmente as resenhas das coleções aprovadas onde contempla: “área de Línguas Artes e Literatura, a aquisição do sistema de escrita, o ensino da leitura a produção escrita e oralidade, na área de Ciências da Vida e da Natureza, os conhecimentos das Ciências e suas relações com a natureza” (BRASIL, 2012, p. 8).

A resenha do Guia Nacional do LD foi dividida em quatro tópicos: Visão Geral, Descrição da Coleção, Análise da Obra e Em sala de aula. Esta análise será feita da seguinte maneira: discutirei o documento e apresentarei alguns contrapontos que aparecem no LD da Coleção Girassol: saberes e fazeres do campo – Letramento e Alfabetização – 1º ano.

O Guia inicia com a seguinte afirmativa: “A coleção foi elaborada para a Educação do Campo.” (BRASIL, 2012, p. 29). Segundo o Edital do PNLD Campo,

Na Educação do Campo, a organização do percurso formativo aberto e contextualizado deve ser construído em função de suas especificidades, incluindo não só os componentes obrigatórios, mas outros tais como cidadania, agricultura familiar, sistemas e produção, economia solidária, desenvolvimento sustentável, dentre outros, que enriquecem as ex-

periências de ensino e tem se tornado objeto de aprendizagens. (BRASIL, 2011, p.30)

Neste Guia aparece o nome dos especialistas responsáveis pela Avaliação das obras no PNLD 2013, bem como as fichas utilizadas pelos mesmos, a fim de analisar as coleções. A avaliação das obras inscritas no PNLD Campo 2013, foram feitas por meio de um conjunto de critérios eliminatórios comuns a todos os componentes curriculares.

- (1) Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental, séries-anos iniciais, com as especificidades da educação do campo;
- (2) Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- (3) Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- (4) Correção e atualização de conceitos informações e procedimentos;
- (5) Observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação do livro do aluno à proposta pedagógica nele apresentada;
- (6) Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra (BRASIL, 2012, p.16).

Foram inscritas pelas editoras 18 obras que foram distribuídas da seguinte forma: 4 coleções para o Tipo I – Multisseriada Interdisciplinar Temática; 4 coleções para o Tipo II – Seriada Multidisciplinar Integrada; 6 coleções para o Tipo III – Seriada Multidisciplinar por Área e 4 coleções para o Tipo IV – Multisseriada Multidisciplinar por Área. Desse conjunto inscrito, 16 coleções foram reprovadas, o que corresponde a 87% e 02 foram aprovadas, correspondendo a 13%.

Esses números indicam, por um lado, a necessidade de um maior investimento na produção de materiais didáticos que concretizem as especificidades e os princípios da Educação do Campo e, por outro lado, a demanda por coleções que efetivem com qualidade, uma proposta pedagógica para as escolas do campo. Esses números devem ser interpretados, portanto, como um resultado de uma primeira iniciativa que, ao selecionar as obras didáticas, cria mais uma ação política para instituir a Educação do Campo na sua devida importância e relevância (BRASIL, 2012, p. 17).

Acreditamos que a justificativa quanto ao grande percentual de reprovação vai além de um maior investimento na produção dessas obras afim de melhorar a qualidade dos LD's. O Edital do PNLD Campo foi lançado em 2011 para as obras serem utilizadas a partir de 2013. A Coleção Didática Girassol: saberes e fazeres do campo, teve sua primeira edição em 2012. Seria esse tempo (1 ano) suficiente para construir um material didático, que atendesse um determinado grupo, e que nunca havia tido nenhum tipo de material específico em toda a sua história?

Houve tempo necessário para a seleção textual, de atividades, de leitura e produção de textos enfim, reunir em um mesmo material atividades que trabalhem a alfabetização e o letramento, revisar esse material, formatar e até chegar ao ponto de impressão e encadernação?

Livro é expressão de bem cultural; escolhê-lo e adotá-lo são procedimentos que requerem a compreensão lógica que preside a forma como são produzidos e comercializados, por quem, para quem e com que motivações, além das aparentes, traduzidas em critérios de

divulgação e distribuição formalizados, padronizados (RANGEL, 2005, p.192).

Para chegar ao ponto de divulgação/distribuição de uma coleção didática, é necessário passar por um processo longo de investimento. É necessário também conhecer a demanda que irá atender e perguntas do tipo o que eu quero com este LD, a quem eu quero destinar, como eu quero trabalhar, para quê, por quê, são imprescindíveis no processo de construção do material.

Considerações Finais

O cenário brasileiro da Educação do Campo teve grande avanço nos últimos anos. Pensar na possibilidade de ter um material didático 'destinado' à população campezina é uma grande conquista, mas isso não basta!

É preciso ter uma análise mais crítica desde a construção do edital do PNLDCampo, do Guia Nacional do LD até chegar ao professor. Trata-se de um grande funil e que chega até o professor o resultado final. Cabe a este professor ter um olhar mais crítico e saber selecionar/adaptar o que vai trabalhar.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Guia do Livro Didático. Ministério da Educação, Brasília, 2012
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. A Organização do Planejamento e da Rotina do Ciclo de Alfabetização na Perspectiva do Letramento. Brasília: MEC/SEB, 2012. 48p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Currículo Inclusivo: o direito de ser alfabetizado. Brasília: MEC/SEB, 2012. 48p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Currículo no Ciclo de Alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e aprendizagem. Brasília: MEC/SEB, 2012. 47p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo na Alfabetização: concepções e princípios. Brasília: MEC/SEB, 2012.48p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Planejamento e Organização da Rotina na Alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2012. 45p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Planejamento Escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa. Brasília: MEC/SEB, 2012. 48p.
- CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Cartilha Ada e Edu: de produção regional à circulação nacional (1977-1985), Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 18, n. 54, p. 589-608, jul./set. 2013.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares. História. V.23 n. 1-2, p. 33-48. Franca, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a03v2312.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2014.
- CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação em Revista, Belo Horizonte: UFMG, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. Em aberto, Brasília, 16(69):3-9, jan./mar. 1996.
- LEITE, Rose Mary. A ideologia contida nos livros didáticos. Artigo científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras/Mestrado da Universidade Católica de Pelotas. Disponível em <http://www.celsul.org.br/Encontros/07/dir2/14.pdf>. Acesso em 12 de março 2015.
- MACEDO, Elizabeth. A imagem da ciência: folheando um livro didático, Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 25, n. 86, p. 103-129, abril 2014.